



GT 16. Antropologia, Saúde Pública e fabulações cosmopolíticas: etnografia e possibilidades simbiopoéticas de cuidar/fazer o mundo.

Coordenador(es):

José Miguel Nieto Olivar (USP - Universidade de São Paulo)

Maria Paula Prates (UFCSPA - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Colocamos em discussão três sistemas de produção de conhecimentos: a antropologia, a saúde pública e as cosmopolíticas. Trata-se de sistemas não equivalentes com relações não simétricas. Assumimos como ponto de vista a antropologia, principalmente de base etnográfica. Olhamos para a saúde pública como um campo fundamental de ação política e de gestão de novas e antigas formas de governo. Entendemos o marco cosmopolítico como um conjunto analítico e proposicional contemporâneo de extrema relevância para pensar “o mundo” nos seus limites e multiplicidades, em relação com formas possíveis de produção de conhecimento. Nos perguntamos: O que a antropologia brasileira contemporânea, objeto múltiplo e em franca transformação, tem a dizer sobre as relações possíveis entre antropologia e saúde pública no marco do conjunto de transformações e desastres que tem sido compreendidas como “fim do mundo”, Antropoceno, entre outros? Como a saúde pública pode se ver afetada no atravessamento de perspectivas antropológicas e etnográficas no marco do Fim do Mundo? Quais as possibilidades de uma antropologia da saúde, com sua tradição de corpos, curas, perturbações, saberes e emoções, no marco das propostas em curso sobre intervenções cosmopolíticas e intrusões de Gaia? Como alimentar etnograficamente os processos de cuidado, resistência, intervenção, intromissão e (re)feitura d/nos fins do(s) mundo(s), enquanto abre-se a possibilidade de reinvenção da antropologia?

Etnografias da reincidência: epidemias, a (des)construção da Política Nacional de Atenção à Saúde de Povos Indígenas e o Primeiro Distrito Sanitário Especial do país

Autoria: Adriana Romano Athila (Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz)

Este work toma a ?epidemia?, decorrente da ?invasão garimpeira? na década de 80, e os Yanomami, em sua especificidade de povo de recente contato frente à possibilidade de ?genocídio?, como motores políticos transversais a diversos agentes relacionados à criação do Distrito Sanitário Yanomami (DSY), nos termos de um ?evento crítico? (Das 1997). Acionado por diferentes campos e tempos, este evento é capaz de deflagrar outros parâmetros de ação histórica, colocando talvez diferentes questões, com relação a outros eventos no campo das políticas públicas e povos indígenas. Adotando uma etnografia transtemporal, tomamos comparativamente três momentos. O de 1991, quando, em meio a epidemias e sob a invasão maciça de garimpeiros, a criação do DSY corresponde ao primeiro exemplo de reconhecimento formal, pelo Estado brasileiro, da associação entre uma minoria populacional, um território singular e sua saúde. Estas noções estão articuladas nas demandas dos nascentes movimentos indígenas, indigenistas e da reforma sanitária, em convergências relevantes à longa trajetória da saúde indígena diante do aparato jurídico-formal do Estado, de 1991 a 1998, quando a ?Lei Arouca? cria as bases legais do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, dentro do SUS. O de 2010, quando Davi Kopenawa faz uma série de reflexões cosmopolíticas, dialogando com a noção de ?epidemia? e a invasão dos Yanomami por colonizadores, missionários e garimpeiros, em ?La chute du ciel?. Ali, o xamã parece não conceber o mundo antes das incursões dos Brancos e de suas fumaças de ?epidemia?. Desde então seu funcionamento está severamente perturbado: a epidemia e a extinção aparecem como risco permanente. E o de 2019, durante as manifestações contra a



municipalização da saúde indígena, na cidade de Boa Vista, unilateralmente proposta pelo Estado. Recebidos com cães e policiais, os Yanomami tomam a praça do Centro Cívico, em frente à câmara de vereadores. Entre outros povos, ali estavam seus diversos sub-grupos, muitas mulheres, dançando/cantando/protestando em sua língua. Davi, pede que o governo não seja covarde e dialogue, respeitando sua própria lei?. A ameaça epidêmica e o afluxo crescente de garimpeiros chega a patamares análogos àqueles dos anos 80, entre 2019 e 2020. Os Yanomami e sua TI continuam como alvos de políticas de um Estado controvertido e de nacionalismo exacerbado, frentes agropecuárias e, com destaque, grandes companhias e (mesmos) agenciadores minerários no estado de Roraima. Sua integração e a exploração da TI ? invadida por milhares de garimpeiros e sob risco epidêmico -, são tratadas como solução econômica para o país. É a reincidência do Estado, no bojo da (des)construção da Política Nacional de Atenção à Saúde de Povos Indígenas, entre outras específicas ao segmento.

[Trabalho completo](#)



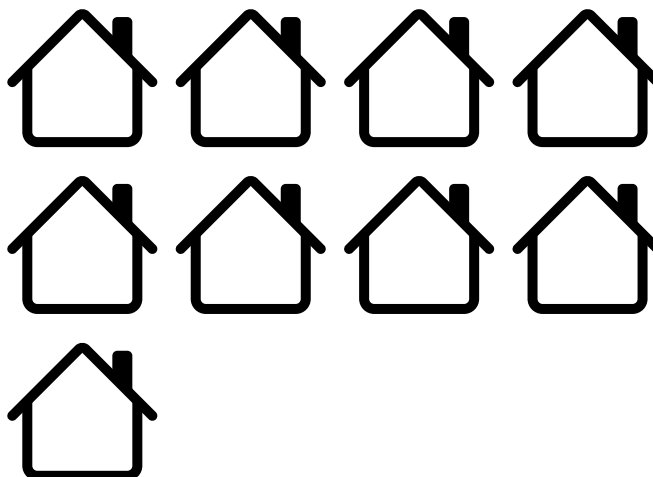
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: